

Agência
Goiana de,
Regulação,
Controle e
Fiscalização
do Serviços
Públicos



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CÂMARA DE JULGAMENTO

Resolução nº 13/2022-CJ, de 03 de fevereiro de 2022

Dispõe sobre julgamento do Auto de Infração nº 41008, em nome da empresa Expresso São Luiz Ltda, conforme Processo nº 202100029005114

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe a Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que a empresa apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Expresso São Luiz Ltda, infringiu o inciso VII, do art. 12, da Resolução nº 297/2007-CG, ao interromper serviço sem autorização, salvo caso fortuito ou de força maior, no trajeto Santo Antônio da Barra à Rio Verde, foi autuada em 29/11/2021, nos termos do Auto de Infração nº 41008;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 03/02/2022, que votou, por maioria, pela manutenção do auto de infração, com voto contrário do membro Wilson Costa Ferreira.

RESOLVE:

Art. 1º Manter o Auto de Infração nº 41008, em nome da empresa Expresso São Luiz Ltda, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **IDALINO SERRA HORTENCIO, Coordenador (a)**, em 04/02/2022, às 15:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 000027262862 e o código CRC 74CCB585.

CÂMARA DE JULGAMENTO



Referência: Processo nº 202100029005114



SEI 000027262862